

## IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 11.06.2025

### Melhoria contínua da protecção dos atletas

Nos últimos anos, o Governo tem promovido, activamente, a construção de uma “Cidade do Desporto” e o desenvolvimento diversificado das actividades desportivas, com avanços contínuos no desporto de rendimento. Os atletas, enquanto representantes do espírito desportivo de Macau, inspiram toda a comunidade ao competirem pela glória de Macau em grandes competições. Para poderem dar o seu melhor sem preocupações, é necessário criar um sistema de protecção mais perfeito e “centrado nos atletas”, e tornar o trabalho da sua protecção mais pormenorizado e abrangente.

Quanto à melhoria contínua da protecção dos atletas, gostaria de apresentar as três sugestões seguintes:

1. Ajustar e otimizar os apoios financeiros para a formação dos atletas. Tendo em conta a necessidade real de os atletas de Macau realizarem frequentemente treinos no Interior da China e no exterior, face ao desenvolvimento cada vez mais acelerado das competições desportivas e ao aumento dos custos das competições e treinos, e atendendo às características das várias modalidades desportivas, proponho ao Governo um tratamento flexível no ajustamento dinâmico do montante do apoio financeiro aos atletas, aumentando, de forma contínua, o subsídio para treinos. Ao mesmo tempo, há que reforçar as garantias de reforma dos atletas a tempo inteiro, por exemplo, dando prioridade à recomendação de oportunidades de emprego, concedendo apoio financeiro específico para a reconversão profissional, etc., para resolver adequadamente as suas preocupações.

2. Expandir a garantia de cuidados de saúde logísticos. Uma forte equipa de assistência médica logística é a pedra basilar do desempenho dos atletas. A construção de um sistema completo de logística médica para “treinar, competir e recuperar” durante todo o ciclo ajudará a prolongar o ciclo profissional dos atletas. Sugere-se que, quando as equipas de Macau participarem em competições, estejam normalmente munidas de equipas médicas de alto nível e de protecção, como médicos de desporto, fisioterapeutas, nutricionistas desportivos, psicólogos desportivos, etc., integrando-os, de forma profunda, no plano de treino e procedendo à prevenção de lesões e doenças dos atletas, a uma intervenção imediata e ao ajustamento da recuperação.

3. Promover o desenvolvimento da medicina desportiva local. O desenvolvimento do desporto e da medicina desportiva local complementam-se. Sugere-se ao Governo que apoie as instituições médicas locais na criação ou intensificação de especialidades da medicina desportiva, e que as instituições universitárias reforcem os estudos desta medicina, nomeadamente, através do intercâmbio e cooperação com a Administração Geral de Desporto do Estado ou com as regiões desenvolvidas para, em combinação com as vantagens da indústria da medicina tradicional chinesa, criar uma plataforma regional de intercâmbio de medicina desportiva e promover o desenvolvimento local da mesma.

Assim, há que aperfeiçoar o sistema de protecção dos atletas, pois isso não só constitui um investimento estratégico no desporto de rendimento, mas também uma medida-chave para consolidar a base do desporto para todos. Espero que o Governo, em conjunto com todos os sectores da sociedade, continue a dar mais atenção ao desenvolvimento do desporto local, acelerando a criação de um sistema de protecção do desporto centrado nos atletas, para estes poderem conquistar medalhas nas competições, tornando-se também numa das forças principais para a promoção de uma “Macau saudável”.

## **IAOD da Deputada Lei Cheng I em 11.06.2025**

### **Assegurar o emprego contínuo dos trabalhadores dos casinos satélite e proteger melhor o emprego dos residentes locais**

O emprego é fundamental para a população, e a sua salvaguarda está ligada ao bem-estar e à estabilidade social. Assim, o Governo deve acompanhar seriamente as dificuldades de emprego com que alguns residentes se deparam.

Recentemente, foi anunciado o encerramento dos 11 casinos satélite no final deste ano, envolvendo cerca de 5600 trabalhadores locais, dos quais a maioria foi contratada pelas concessionárias do jogo, e o Governo já lhes exigiu a integração dos mesmos nas suas empresas. A meu ver, o Governo deve acompanhar de perto a colocação dos trabalhadores em causa, salvaguardando o seu salário, férias e regalias. Quanto aos trabalhadores locais contratados pelos próprios casinos satélite e pelos Clubes Mocha, cerca de 800 e 300, respectivamente, assim como aos contratados pelas empresas adjudicatárias, que envolvem diversos postos de trabalho, por exemplo, em gestão, relações públicas, exploração de actividades, restauração e segurança, o Governo afirmou que os proprietários dos casinos satélite lhes devem assegurar uma solução adequada.

Como alguns trabalhadores receiam que as concessionárias do jogo não tenham vagas suficientes, o Governo deve exigir a todas as concessionárias e às empresas com postos de trabalho correspondentes que providenciem postos para a contratação prioritária dos trabalhadores em causa e definam, com antecedência, medidas para lhes assegurar emprego. Sabe-se que algumas empresas estão a dar formação a estes trabalhadores, mas como estes trabalham por turno, têm dificuldade em estar presentes e receiam que, por esse motivo, percam a oportunidade de emprego. Espero que o Governo preste atenção à situação e coordene, com as empresas, as respectivas medidas.

Recentemente, as autoridades criaram o Grupo de Trabalho para a Coordenação da Promoção do Emprego, liderado pelo Secretário para a Economia e Finanças, com o objectivo de coordenar os recursos interdepartamentais e impulsionar, de forma abrangente, a garantia de emprego dos residentes locais. Agora, em Macau, destacam-se o desemprego estrutural e as dificuldades de emprego dos jovens e das pessoas de meia idade, por isso, é necessário adoptar as seguintes medidas concretas e específicas para resolver esses problemas:

1. Quanto às pessoas há muito tempo desempregadas e aos jovens com dificuldades de emprego, os actuais dados estatísticos não reflectem os casos concretos, por isso, proponho a criação de um mecanismo que identifique as causas do desemprego e apoie os desempregados, aumentando a possibilidade de serem contratados.

2. O facto de os jovens candidatos terem dificuldades de emprego deve-se, principalmente, à falta de experiência profissional. Com base nos programas de estágio, o Governo deve reforçar a orientação para o emprego, exigindo às empresas que providenciem

mais vagas de estágio e de emprego adequadas aos jovens locais, e deve incentivar as empresas de lazer e as grandes empresas a contratarem locais que desempenhem cargos de gestão de nível médio e superior, e a lançarem planos concretos de formação de quadros de gestão, e deve ainda aproveitar bem a plataforma de formação profissional integrada, para aumentar os recursos de formação e estudar mais medidas de incentivo, no sentido de incentivar os trabalhadores locais a obterem certificados e a elevarem as suas técnicas.

3. Actualmente, muitas pessoas de meia-idade, com mais de 50 anos e que ainda não atingiram a idade de aposentação, continuam a ter capacidade e vontade de trabalhar, mas algumas não conseguem integrar-se no mercado laboral por um tempo prolongado. O Governo deve elaborar planos específicos de apoio ao emprego, analisar concretamente os casos, disponibilizar oportunidades de estágios e formação, proporcionar subsídios, incentivar as empresas a prolongarem a contratação de pessoas de meia-idade com capacidade de trabalho, e exigir às grandes empresas a criação de mais postos de trabalho adequados para essas pessoas.

4. Segundo alguns residentes, há empresas onde os não residentes trabalham a tempo inteiro, enquanto os residentes trabalham a tempo parcial ou se encontram no subemprego. Suspeita-se que algumas empresas reduzem intencionalmente o valor do salário dos trabalhadores, fazendo com que os residentes optem pelo trabalho a tempo parcial com uma remuneração horária mais elevada, mas rendimento global inferior, considerando o número de horas de trabalho efectivo. Suspeita-se ainda que usam esta estratégia para contratar vários residentes e, assim, terem quotas para trabalhadores não residentes. Assim sendo, aquando da apreciação dos respectivos pedidos, o Governo deve fiscalizar a razoabilidade das condições de trabalho, nomeadamente, a remuneração dos trabalhadores residentes, e tomar a iniciativa de investigar as irregularidades no recrutamento.

O Governo deve, através da coordenação do Grupo de Trabalho para a Promoção do Emprego, estudar medidas concretas para promover o emprego dos residentes, concretizando efectivamente o princípio legal de “dar prioridade à contratação de trabalhadores locais”.

## **IAOD dos Deputados Iau Teng Pio e Kou Kam Fai em 11.06.2025**

### **Aprofundar o desenvolvimento do turismo de estudo e construir uma cidade de estudo**

Com a aproximação das férias de Verão, o turismo de estudo com carácter de diversão e educação torna-se popular nesta altura. Eis um rumo essencial para Macau implementar a integração intersectorial do “Turismo +” e enriquecer o conceito de centro mundial de turismo e lazer. Nos últimos anos, o Governo tem vindo a promover os trabalhos mais pertinentes, nomeadamente, a realização de estudos, o lançamento de programas de viagens de estudo locais, a organização de fóruns, o aprofundamento da cooperação entre Zhuhai, Macau e Hong Kong e o intercâmbio em estudos culturais e museológicos, bem como a convocação da primeira conferência interserviços sobre o desenvolvimento do turismo de estudo em Macau, o que contribui para constituir um bom alicerce para o desenvolvimento deste em Macau.

Actualmente, o desenvolvimento de elementos não-jogo e do mercado da investigação e do estudo não é apenas favorável para Macau aproveitar as suas vantagens para integração na conjuntura nacional, mas também uma oportunidade para a realização de competições preparativas dos Jogos Nacionais e a integração dos seus diversos recursos. Em resposta à procura crescente de viagens de estudo por estudantes e famílias provenientes de diferentes partes do mundo, Macau deve aproveitar plenamente as suas vantagens únicas para aprofundar o desenvolvimento do turismo de estudo e construir uma cidade de estudo. Propomos o seguinte:

1. Explorar, de forma aprofundada, os recursos do “Centro Histórico de Macau”, “Cidade Gastronómica” e “Cidade Cultural da Ásia Oriental”, e, em conjunto com vários sectores, criar viagens no âmbito da investigação para pais e filhos. Sugerimos que, em colaboração com as instituições educativas, instalações culturais e museológicas e as forças comunitárias, sejam concebidas cursos de investigação para diferentes faixas etárias, com vista a uma integração profunda nos recursos característicos de Macau. Por exemplo, através do Centro Histórico de Macau e da cultura macaense, podemos explorar as “experiências culinárias da China e do Ocidente”, ou seja, ter um contacto directo com a fusão das culturas; investigar os recursos naturais de Coloane nas instalações do Centro de Ciência. A par disso, pode-se promover a construção de um corredor de investigação que integra a história, a tecnologia, a gastronomia e as vantagens das infra-estruturas de “Macau-Hengqin-Zhuhai-Hong Kong”, criando cursos temáticos como “As mudanças históricas da Grande Baía” ou “Inovação científica e tecnológica da Grande Baía”. Mais, pode-se atribuir benefícios de transporte transfronteiriço para as associações de investigação e criar mecanismos para um desalfandegamento expresso, a fim de concretizar o desenvolvimento coordenado regional.

2. Aproveitar os Jogos Nacionais para aprofundar o desenvolvimento sinérgico de viagens de estudo entre Macau e Hengqin. Propõe-se o seguinte: aproveitar ao máximo as instalações desportivas existentes e a atmosfera calorosa criada pela actividade “Jogos Nacionais à sua porta”, transformá-las em bases de investigação, desenvolver cursos interactivos de “Gestão de Eventos”, “Experimentação da Tecnologia Desportiva”, criar o Dia do Desporto em Família, actividades com desafios desportivos, para que as viagens de estudo de carácter desportivo sejam mais participativas e atractivas. Tendo em conta o conceito dos Jogos Nacionais, pode-se integrar a medicina tradicional chinesa, a medicina moderna, a manutenção da saúde e os recursos ecológicos de Macau em Hengqin, criando um itinerário de viagem de estudo temática sobre a macro saúde.

O desenvolvimento do turismo de estudo é muito importante para Macau. Com o início das provas de qualificação dos Jogos Nacionais, Macau tem a oportunidade importante de integrar recursos como o turismo, a história, a cultura, o desporto e a educação, entre outros, assim, deve desenvolver as vantagens de “Um País, Dois Sistemas” e do “Turismo +”, enriquecer o sistema e o turismo de estudo, criar um destino de viagem de estudo competitivo, atrair turistas nacionais e estrangeiros, para contar bem ao mundo a história da China e de Macau.

## IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 11.06.2025

### **Aperfeiçoar o mecanismo de controlo do álcool e regular novos modelos de comercialização**

O “Regime de prevenção e controlo do consumo de bebidas alcoólicas por menores” entrou em vigor há mais de um ano, mas já antes e depois da entrada em vigor da lei, o Governo efectuou muitos trabalhos de divulgação e sensibilização, e no primeiro ano da vigência do referido regime, realizou mais de 230 mil inspecções a diversos tipos de estabelecimentos, dos quais foram registados 12 casos de venda de bebidas alcoólicas a menores, havendo ainda diversas irregularidades, nomeadamente, a delimitação clara da zona, insuficiência de dísticos de proibição de venda ou oferta de bebidas alcoólicas, a falta de afixação de advertências, etc. Ao longo deste ano, o Governo apostou nos trabalhos de sensibilização, educação, fiscalização e execução da lei, com vista a assegurar a saúde dos menores de Macau.

Há dias, alunos de algumas escolas entraram, durante o dia, num supermercado que funciona durante 24 horas, sem funcionários, e compraram bebidas alcoólicas, o caso só acabou por ser detectado quando mais tarde regressaram a escola, ora, isto merece a nossa atenção. Não restam dúvidas de que os menores erraram, mas este caso também revela lacunas relativas a lojas de auto-serviço e no regime de fiscalização. Embora a legislação em vigor proíba a venda de bebidas alcoólicas a menores e exija aos estabelecimentos a afixação de sinalização clara da referida proibição e dos espaços com bebidas alcoólicas e bebidas não alcoólicas, o certo é que a falta de fiscalização e de um mecanismo de identificação constituem, na prática, falhas evidentes. Assim sendo, será difícil evitar que os jovens consumam álcool. Ao mesmo tempo, os modelos de venda através da internet e de auto-venda estão a tornar-se cada vez mais populares, por isso, as instruções sobre os respectivos procedimentos ainda não estão aperfeiçoadas e faltam detalhes sobre a execução da lei, por isso, devem ser aperfeiçoadas o mais cedo possível. Implementada a política de controlo do álcool há algum tempo, há que, tendo em conta a situação real, promover, em simultâneo, os trabalhos de prevenção do consumo de álcool por menores, a partir das vertentes de “regulamentação do estabelecimento”, “apoio técnico” e “sujeito da responsabilidade principal”.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Reforçar as responsabilidades legais dos operadores dos estabelecimentos *online* ou de venda automática 24 horas por dia. Sugiro que se implemente a verificação da idade nas máquinas de venda automática, ou instalar fechaduras inteligentes nos armários com bebidas alcoólicas e a introdução de restrições no sistema de pagamento electrónico, para que os menores não possam adquirir bebidas alcoólicas através da sua conta, ou seja, ao abrigo da Lei da Protecção de Dados Pessoais, quem não tenha efectuado o reconhecimento personalizado não as pode adquirir, a fim de assegurar que os menores não comprem bebidas alcoólicas por meios automáticos.

2. Sugiro ao Governo que reforce os trabalhos de inspecção e fiscalização dos actos de exploração irregulares nas proximidades das escolas de forma coordenada. Ao mesmo tempo, devem ser definidas normas específicas de aplicação da lei para as máquinas de venda automática e de venda a retalho inteligente, e proceder à respectiva revisão da lei, ou seja, estudar e definir normas e mecanismos que acompanhem a evolução dos tempos, no sentido elucidar os operadores das consequências caso violem os seus deveres de controlo de venda de bebidas alcoólicas através das novas formas de venda.

Os menores são o futuro da sociedade, e o seu crescimento necessita da protecção de todos. O controlo do consumo das bebidas alcoólicas deve acompanhar a evolução das formas de exploração de venda, assim, para criar uma rede de protecção a menores há que criar uma linha de defesa através da sensibilização, tecnologia e construção de um regime, e aperfeiçoar, de forma constante, o mecanismo de fiscalização.

## **IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 11.06.2025**

### **Identificação de trabalhadores ilegais num concerto**

Nos últimos anos, graças aos esforços conjuntos do Governo, das operadoras do jogo e dos sectores, realizaram-se vários grandes eventos em Macau, o que dinamizou, efectivamente, o consumo nas áreas da cultura e do turismo, injectando vitalidade na economia local. Entretanto, segundo o sector artístico e cultural, tanto as empresas como os profissionais locais dificilmente conseguem participar em projectos externos, mesmo em tarefas simples. Por exemplo, num concerto realizado recentemente, terão sido contratados 68 trabalhadores ilegais para a venda de lembranças, envolvendo estudantes universitários a estudar em Macau e trabalhadores a exercer funções não autorizadas, e houve mesmo quem afirmasse ser voluntário para fugir às responsabilidades, caso que despertou a atenção da sociedade.

O problema de trabalhadores ilegais tem vindo a reduzir o espaço de sobrevivência das empresas cumpridoras da lei e dos trabalhadores locais. No ano passado, as autoridades detectaram 421 trabalhadores ilegais, um aumento em comparação com o ano anterior. A sociedade tem-se queixado dos baixos custos da contratação de trabalhadores ilegais em Macau, portanto, o combate deve ser reforçado. Mais, segundo o sector artístico e cultural, o referido caso é apenas a ponta do icebergue, pois muitas pessoas do exterior, aproveitando as excepções previstas no “Regulamento sobre a Proibição do Trabalho Ilegal”, vêm a Macau a título de prestação de serviços de direcção e técnicos, ou exercício de actividades de intercâmbio cultural e actividades artísticas, mas, na realidade, dedicam-se a diversos tipos de trabalho que não estão em conformidade com as disposições legais, e também há quem trabalhe ilegalmente em Macau, a título de “voluntário” ou com visto de turista.

O desenvolvimento de novos sectores de actividade fomentou outros trabalhos, como a decoração, a maquilhagem, a filmagem, a publicidade, as visitas turísticas guiadas e a organização de eventos, etc., com uma natureza relativamente escondida, ambígua e móvel, dificultando a fiscalização e a execução da lei. Assim, criam-se facilmente situações de ilegalidade, com trabalhadores a exercerem funções diferentes daquelas para as quais foram autorizados. Espero que o Governo preste a devida atenção a esse assunto e adopte mais medidas eficazes para rectificar essa situação, incluindo o aperfeiçoamento do regime jurídico, o aumento das sanções e o reforço das inspecções. O Governo deve ponderar a introdução do regime de "operação com agentes à paisana", exigindo ao pessoal responsável pelas convenções e exposições a utilização de cartão de identificação, para identificar com precisão o seu pessoal e acabar com os trabalhadores ilegais que exercem funções em locais que não os previamente autorizados. Mais, as empresas e os estudantes universitários do exterior nem sempre conhecem bem a legislação local, por isso é necessário reforçar a sua divulgação e emitir instruções rigorosas para evitar as violações da lei.

Quanto ao desenvolvimento do sector local, actualmente, a maioria dos eventos é organizada por empresas do exterior, o que dificulta a participação das empresas e do pessoal local. Na minha opinião, o desenvolvimento das indústrias necessita de aprender

com as experiências do exterior, mas um dos objectivos principais do desenvolvimento das indústrias de "1 + 4" é resolver as contradições e os problemas profundos do desenvolvimento económico e social, e também trazer mais oportunidades de desenvolvimento, empreendedorismo e emprego para as empresas e os residentes locais. Assim, as autoridades devem estudar como apoiar as empresas a aproveitarem os eventos para elevar as suas próprias capacidades de negócio e formar activamente trabalhadores locais, a fim de criar oportunidades de participação e um bom espaço de desenvolvimento para as empresas e os trabalhadores locais.

## **IAOD do Deputado Lei Chan U em 11.06.2025**

### **Aumento dos feriados obrigatórios e desenvolvimento dos direitos e interesses laborais**

Os baixos padrões laborais de Macau têm sido alvo de críticas da sociedade, uma vez que estão sempre atrasados em relação aos principais países e regiões do mundo, tais como o horário de trabalho, as férias anuais, a licença de maternidade e os feriados obrigatórios, o que não corresponde ao nível do desenvolvimento socioeconómico de Macau. O actual Governo dá grande importância aos direitos e interesses laborais dos trabalhadores e, no primeiro relatório das LAG, refere que vai ser iniciado um estudo sobre o aumento do número de dias de férias anuais e de licença de maternidade, o que vai contribuir para elevar os padrões laborais de Macau.

Na realidade, para além das férias anuais e da licença de maternidade, é ainda necessário rever outros critérios laborais, por exemplo, os feriados obrigatórios, que são apenas 10 dias, há já 36 anos. Em Hong Kong, o número de dias de feriados legais aumenta gradualmente desde 2022, ou seja, um dia em cada dois anos, serão 17 dias num intervalo de tempo de 8 anos, ou seja, até 2030. Além disso, os feriados legais de Hong Kong reflectem as características multiculturais da cidade, incluindo as festividades tradicionais chinesas e ocidentais, revelando a imagem de cidade multicultural. O ajustamento dos feriados legais do País também se inclina para as festividades tradicionais.

Pelo exposto, entendo que o Governo deve, em tempo oportuno, estudar o aumento do número de dias de feriados obrigatórios. Tomando como referência a prática das regiões vizinhas, as festividades tradicionais são a base importante para o aumento dos dias de feriados obrigatórios, e este aumento vai contribuir para o desenvolvimento dos direitos e interesses laborais dos trabalhadores, e também para a preservação e divulgação das festividades tradicionais.

As festividades tradicionais com genes culturais e conotações ideológicas e morais importantes são o fruto da sabedoria da nação chinesa e um valioso património cultural espiritual. Porém, com o desenvolvimento socioeconómico, estas festividades e as suas conotações culturais têm sido ignoradas e esquecidas por alguns residentes. Para preservar as festividades tradicionais, o Interior da China publicou, em 2005, o “Parecer sobre o aproveitamento das festividades tradicionais para promover a excelente tradição de divulgação da cultura nacional”, propondo o desenvolvimento activo de estudos e preservação destas festividades.

A Festa da Primavera, Cheng Ming (Dia dos Finados), Tung Ng (Barcos do Dragão), Chong Chao (Bolo Lunar) e Chong Yeong (Culto dos Antepassados) são também conhecidas como as cinco maiores festividades tradicionais chinesas, das quais o Tung Ng

(Barcos do Dragão) é já feriado obrigatório no Interior da China, Hong Kong e Taiwan, faltando apenas em Macau. Em 2006, este festival foi inscrito pela primeira na lista do Património cultural intangível da China. Em 2009, a UNESCO aditou-o à Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade, reconhecendo o valor desta festividade.

Macau dedica-se à construção de uma base de intercâmbio e cooperação que, sendo a cultura chinesa predominante, promove a coexistência de diversas culturas. Proponho ao Governo que aproveite o estudo sobre o aumento do número de dias de férias e de licença de maternidade, que reveja os feriados obrigatórios e defina o Tung Ng (Barco de Dragão) como feriado obrigatório. Para melhorar o sistema político de apoio à natalidade e construir uma sociedade amiga desta, o Governo deve ponderar a possibilidade de definir o Dia Mundial da Criança como “Dia da Família”, uma vez que, nesse dia, também se celebra o “Dia Mundial dos Pais”. Este acto tem dois efeitos sociais: 1) alertar a sociedade para a importância da família e das relações entre pais e filhos, reforçando os laços familiares; 2) promover as relações familiares estáveis e harmoniosas, contribuindo também para a promoção de políticas favoráveis à família.

## **IAOD do Deputado Si Ka Lon em 11.06.2025**

### **Melhorar os serviços notariais de Macau para responder às necessidades do desenvolvimento social**

Os serviços notariais públicos em Macau incluem testamentos, escrituras públicas, certificados, pública-forma, etc., envolvendo o registo comercial, a transacção imobiliária, a autenticação testamentária e o registo de automóveis, entre outros serviços sujeitos a registo notarial. Segundo os dados da Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, desde 2020, o número médio anual de documentos sujeitos a registo notarial ultrapassou os 200 mil e, em 2024, só o reconhecimento notarial (vulgarmente conhecido por reconhecimento de assinatura) registou cerca de 170 mil casos, o que demonstra que a procura é grande.

Mas os actuais serviços notariais apresentam insuficiências na colocação do pessoal, na distribuição dos postos de atendimento e na eficiência dos procedimentos. Os serviços notariais prestados em Macau concentram-se, principalmente, no Centro de Serviços da Areia Preta, no Edifício da Administração Pública na Rua do Campo e na sede do Cartório do Centro de Serviços da RAEM das Ilhas. Em comparação, vejamos a Repartição das Execuções Fiscais: esta unidade dispõe de vários postos de atendimento na Península de Macau, na Taipa e em Coloane, o que facilita as necessidades dos residentes e evita as inconveniências decorrentes das deslocações. Em segundo lugar, o pessoal da linha da frente dos cartórios notariais é insuficiente e a pressão de trabalho é grande, o que resulta no longo tempo de espera por serviços, o que não só limita a eficiência dos serviços notariais, como também não consegue satisfazer as necessidades do rápido desenvolvimento socioeconómico de Macau.

Além disso, actualmente, os residentes de Macau podem, através da exibição da identidade electrónica da Conta Única, tratar de vários assuntos nos serviços públicos e instituições privadas, mas os notários privados não dispõem dos respectivos equipamentos técnicos, daí a impossibilidade de aplicar a Conta Única para a verificação da identidade electrónica, causando inconveniências para o tratamento dos assuntos de âmbito notarial.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Criar mais postos de serviços notariais em diversas zonas da cidade. Sugere-se que se tome como referência o modelo de distribuição dos postos da Repartição das Execuções Fiscais, criando mais postos de serviços notariais na Península de Macau, na Taipa, em Coloane e nos Novos Aterros, para facilitar o tratamento das actividades notariais por parte dos residentes.

2. Promover a descentralização de poderes e elevar a eficiência de apreciação e autorização. Para elevar a eficiência dos serviços notariais, propõe-se que se estude a viabilidade de descentralizar o poder de apreciação e autorização de algumas actividades notariais regulares para os locais de prestação de serviços. Ao mesmo tempo, há que

aperfeiçoar a plataforma notarial electrónica, permitindo a apresentação e apreciação *online* dos pedidos e reduzindo ainda mais o tempo de processamento.

3. Aumentar o número do pessoal da linha da frente e elevar a sua capacidade de prestação de serviços. Para aliviar a pressão do pessoal da linha da frente, sugiro o seu aumento nos cartórios notariais. Mais, pode-se estudar a aquisição de serviços aos notários privados, a fim de encurtar o tempo de apreciação dos documentos notariais e reduzir o volume de trabalho dos notários públicos.

4. Instalar equipamentos da “Conta única de acesso comum” nos escritórios dos notários privados. Sugiro que seja disponibilizado aos notários privados o equipamento técnico relativo à referida “Conta única”, para que possam verificar os dados de identificação dos requerentes e fazer a articulação com os trabalhos de desenvolvimento do governo electrónico da RAEM.

## IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 11.06.2025

### **Reforçar o combate ao emprego ilegal para proteger o emprego dos residentes de Macau**

Segundo as informações do Governo, entre Janeiro do ano passado e Março deste ano, o Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) e a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) efectuaram, em conjunto, 741 inspecções para combate ao emprego ilegal, de entre as quais, foram aplicadas sanções administrativas a 738 pessoas por trabalho ilegal e, ao mesmo tempo, aplicadas sanções acessórias a três entidades patronais. Foi revogado um total de 10 autorizações de emprego, tendo as entidades patronais em causa sido privadas do seu direito de empregar, de novo, trabalhadores não residentes, num prazo de seis meses.

Em termos objectivos, as autoridades têm vindo a tomar medidas para combater o trabalho ilegal e sancionar as irregularidades, mas os resultados continuam a ficar aquém das expectativas da comunidade. Em especial, nos últimos anos, o Governo tem vindo a promover, activamente, a implementação da estratégia de desenvolvimento da diversificação adequada da economia “1+4” e, com o lançamento de diferentes tipos de projectos em Macau, há tendência para o alargamento e a diversificação do âmbito do trabalho ilegal.

Recebi várias queixas de trabalhadores de diversos sectores, alegando que há muitos trabalhadores ilegais, nomeadamente, é fácil encontrar “fotógrafos acompanhantes” nas redes sociais do Interior da China, que têm “licenças especiais de condução” e aproveitam para o exercício ilegal da actividade de transporte, e outros aproveitam o período nocturno fora do horário de expediente para fazer as montagens no âmbito de convenções e exposições, etc., sendo situações diferentes que acontecem diariamente. Há dias, registou-se um caso suspeito de trabalho ilegal numa zona de venda de lembranças, durante um concerto realizado em Macau por um cantor muito famoso da Coreia do Sul, o que despertou a atenção de Macau e das regiões vizinhas. Todas estas situações, para além de prejudicarem gravemente os direitos e interesses dos trabalhadores locais, podem ainda afectar as estratégias e o planeamento do desenvolvimento económico de Macau.

É de salientar que, nos últimos anos, embora a taxa de desemprego tenha diminuído em comparação com o período da pandemia, a situação de emprego dos residentes locais não é nada optimista. De acordo com os dados do primeiro trimestre de 2025 dos Serviços de Estatística e Censos, havia em Macau 7300 desempregados, mais 600 em termos trimestrais, dos quais 6600 são residentes à procura de novo emprego, mais 900 do que no trimestre anterior. De facto, existem ainda em Macau muitos residentes com vontade de continuar a trabalhar, só que não conseguem encontrar um emprego adequado, ou só podem trabalhar permanentemente a tempo parcial. Se a situação de trabalho ilegal continuar, para além de destruir o estado de direito de Macau, vai agravar a situação de desemprego dos residentes e afectar, a longo prazo, a estabilidade da vida da população. O Governo da RAEM deve reforçar o combate aos actos ilegais, a fim de salvaguardar os direitos e interesses legítimos dos trabalhadores locais.

Assim sendo, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. Com a constante alteração do âmbito e do modelo do trabalho ilegal, os serviços competentes devem definir, quanto antes, planos de contingência específicos, em particular, devem reforçar as capacidades de rastreamento, descoberta e investigação dos casos, de acordo com os tipos de casos já conhecidos e as informações sobre as indústrias emergentes que surgiram, em conjugação com os meios tecnológicos, a fim de responder à diversificação das formas de crime. Ao mesmo tempo, devem tomar a iniciativa de criar um mecanismo de comunicação e contacto rápido, para receber e acompanhar, de imediato, as informações fornecidas, a fim de elevar a capacidade das acções de inspecção e a eficácia da execução da lei.

2. O “Regulamento sobre a proibição do trabalho ilegal” entrou em vigor há mais de 20 anos, e a economia de Macau, a situação do emprego e até o modelo de trabalho ilegal sofreram grandes alterações, portanto, há vozes na sociedade que defendem o aumento das multas e dos efeitos dissuasores. Solicita-se ao Governo que proceda a um estudo sobre a revisão do respectivo regime jurídico, com vista a acabar com o trabalho ilegal e a salvaguardar os direitos e interesses legítimos dos trabalhadores locais.

3. Sugere-se ao Governo que proceda a uma avaliação contínua da situação de contratação de TNR pelas grandes empresas, nomeadamente, para saber quais são os postos de trabalho ocupados por trabalhadores não especializados e quantos são os postos de trabalho adequados aos trabalhadores locais que pretendem ingressar no mercado de trabalho, libertando-os para os locais e concretizando, assim, o princípio de dar prioridade aos residentes no acesso ao emprego.

## IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 11.06.2025

### **Concordo plenamente que “o desenvolvimento e a construção da Ilha de Hengqin devem ser considerados como um assunto próprio de Macau”**

Em Maio, durante a visita do Director do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau do Conselho de Estado, Xia Baolong, a Macau e Hengqin, o Sr. Director apontou claramente que a construção da Ilha de Hengqin deve ser considerada como um assunto próprio de Macau, há que aproveitar bem o posicionamento de “Macau + Hengqin”, procurando mais soluções e investindo em mais projectos, criando assim um novo caminho para o desenvolvimento a longo prazo de Macau.

A Direcção dos Serviços de Assuntos Comerciais da Zona de Cooperação Aprofundada divulgou recentemente que, até 8 de Maio de 2025, existiam nesta Zona 7.002 empresas com capitais de Macau, um aumento de 51% em comparação à data da criação desta Zona, representando ainda 12,4% do total das empresas desta Zona. Mais, esta Zona recebeu 147 pedidos de registo comercial transfronteiriço de investidores de Macau, tendo concluído com sucesso a constituição de 98 empresas. É de salientar que os Laboratórios de Referência do Estado das quatro instituições do ensino superior de Macau estabeleceram-se em Hengqin, representando uma força motriz para a inovação desta Zona. Com o desenvolvimento acelerado da Zona de Cooperação Aprofundada, há espaço para aumentar ainda mais as vantagens sinérgicas das indústrias de Hengqin e de Macau, devendo-se destacar o papel e a posição das empresas de Macau nesta Zona, para além disso, há que auxiliar e atrair as empresas de Macau a entrarem nesta Zona através de políticas proactivas de apoio e flexíveis, no sentido de injectar uma nova vitalidade na prosperidade económica a nível regional.

O Governo Central afirmou claramente que o objectivo da exploração da Ilha de Hengqin é promover a diversificação adequada da economia e facilitar a vida e o emprego dos residentes de Macau. Na minha opinião, para além da cooperação económica, há que dar atenção, nesta zona, à educação, à saúde e à segurança social, entre outras áreas relacionadas com a vida da população. Isto para que os residentes de Macau que vivem na Ilha de Hengqin usufruam dos respectivos serviços tal como em Macau, com a mesma qualidade de vida e sentimento de felicidade. De acordo com o plano geral de terras nacionais da Zona de Cooperação Aprofundada (2021-2035), nesta zona será criado um regime de oferta de habitação assente na ideia de “protecção principal complementada pelo mercado, disponível tanto para arrendamento como para aquisição” que visa alargar o espaço de vida dos residentes de Macau e criar um ambiente habitável e de qualidade de vida, onde estes possam viver tranquilamente e trabalhar em paz, alcançando o desenvolvimento integrado e demonstrando a ideia de “mesma raiz, mesmo coração”.

No futuro, a referida Zona vai continuar a aprofundar a cooperação regional, a desenvolver plenamente as suas próprias vantagens, a enfrentar diversos desafios e a esforçar-se por trilhar um caminho de desenvolvimento mais eficiente. Com o forte apoio

*(Tradução)*

do Governo Central e os esforços conjuntos dos governos e residentes de Hengqin e de Macau, a referida Zona de Cooperação Aprofundada vai certamente alcançar um desenvolvimento económico de alta qualidade, contribuindo para a prosperidade e estabilidade de Macau a longo prazo e para a conjuntura estratégica do País.

## IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 11.06.2025

### Promover a economia comunitária

A economia comunitária tem sido alvo de atenção da sociedade. O “Grande prémio para o consumo nas zonas comunitárias 2025” terminou com sucesso, e juntamente com as medidas promocionais das lojas, o consumo nas zonas comunitárias aumentou e há mais motivação para o consumo. Na opinião de alguns residentes, a iniciativa reduziu as despesas, e aumentou a relação qualidade-preço, enquanto outros afirmam que os preços subiram. Muitos lojistas esperam que a iniciativa continue, para dinamizar o consumo nos bairros comunitários.

Além de impulsionar a procura interna, o aumento do consumo dos turistas é actualmente a chave para revitalizar a economia comunitária. O número de turistas tem sido elevado, e no passado feriado do Tung Ng, vieram 390 mil turistas. Com as *roadshows* e medidas de benefício para os turistas, recentemente lançadas pelo Governo, é de esperar que o número de turistas se mantenha elevado. Mais, recentemente em colaboração com várias associações, o Governo lançou, em vários bairros comunitários, instalações de propriedade intelectual e feiras culturais e criativas, para atrair mais turistas para esses bairros. Na segunda metade deste ano, em datas importantes, como as férias de Verão, o Dia Nacional, a Festa do Bolo Lunar, os Jogos Nacionais e o Grande Prémio, há que contar com o envolvimento dos sectores, levar os turistas aos bairros comunitários, transformar o número de turistas em força de consumo. Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Terminou o “Grande prémio para o consumo nas zonas comunitárias 2025”, sugiro ao Governo que acelere a avaliação dos respectivos resultados, nomeadamente os benefícios para os estabelecimentos comerciais, a distribuição do consumo por bairros e os preços dos produtos de consumo diário. Com base na análise das últimas duas edições dessa iniciativa, deve estudar o lançamento de incentivos ao consumo, com atenção às necessidades dos grupos vulneráveis.

2. Proponho melhorar os *software* e *hardware* turísticos, disponibilizar a sinalização e informação turística multilingue, incentivar o sector do turismo para integração de recursos e oferecer pacotes de benefícios que abrangem os transportes, os bilhetes, o alojamento e a restauração. Quanto aos actuais pontos de “check-in” nos bairros comunitários, mediante a criação de cenários de PI e dos novos pontos turísticos nos bairros antigos, podem ser introduzidos autocarros de carreira curta e orientações sobre deslocações a pé, de autocarros e de metro ligeiro, para reduzir os congestionamentos e melhorar as instalações complementares de trânsito, facilitar o passeio dos visitantes e reduzir o impacto nas deslocações diárias dos residentes.

3. Quanto à introdução dos dois cenários de PI nos bairros comunitários, proponho ao Governo que se esforce para ajudar as PME interessadas nesse tipo de actividade, prestando serviços de consultoria em matéria de direito de autor e apoio jurídico aos lojistas de modo a afastar preocupações sobre esta questão; estude a implementação de mais políticas e

medidas para promover o desenvolvimento de produtos especiais “PI Famosa + Macau Apenas” nos sectores locais de restauração, culturais e criativas, de modo a aumentar a popularidade das marcas locais.

4. Apesar do rápido desenvolvimento da economia de concertos em Macau nos últimos anos, foi apenas anunciada, entre o ano passado até hoje, a realização de dois eventos no “Local de Espectáculos ao Ar Livre de Macau”. Proponho que utilize, plenamente, esse local e aumente o número e os tipos de eventos, acelere o estudo sobre a viabilidade de adjudicação de exploração e gestão desse local e os devidos processos, bem como reforce a colaboração intersectorial. Proponho igualmente ao Governo que reforce as orientações jurídicas para os organizadores de eventos de grande dimensão, em prol do combate ao emprego ilegal e à protecção dos direitos e interesses laborais dos residentes.

## **IAOD da Deputada Song Pek Kei em 11.06.2025**

### **Implementar novamente o plano de benefícios de consumo para estabilizar o desenvolvimento económico dos bairros comunitários**

Com as alterações registadas no ambiente económico, o Governo da RAEM lançou, no período entre 24 de Março e 1 de Junho, o “Grande Prémio para o Consumo nas Zonas Comunitárias 2025”. O efeito de alavancagem desta edição foi cinco vezes maior, e isso demonstra que esta actividade tem um efeito multiplicador, consegue incentivar os residentes a consumirem em Macau e consegue impulsionar a economia nos bairros comunitários. No entanto, durante o processo de ajustamento da estrutura económica, nomeadamente, com o fecho dos casinos-satélite, a curto prazo, o comércio nos bairros comunitários vai enfrentar, inevitavelmente, entraves no seu desenvolvimento, o que constitui um grande impacto para elas pois não conseguem captar fluxo de capitais por um longo período. Perante esta nova conjuntura, a sociedade espera que o Governo possa adoptar mais medidas para estabilizar o desenvolvimento económico nos bairros comunitários, nomeadamente, avaliar, de forma dinâmica, a respectiva situação económica e, em caso de necessidade, implementar novamente o plano de benefícios de consumo, bem como alargar ainda mais o âmbito dos benefícios para que mais PME possam ser beneficiadas, impulsionando o desenvolvimento global da economia comunitária.

É claro que o desenvolvimento económico dos bairros comunitários não só depende do consumo local, mas também a sua sobrevivência. O governo instalou equipamentos de IP nos bairros comunitários, realizou várias actividades específicas sobre o turismo comunitário, para, a curto prazo, dinamizar ainda mais o seu desenvolvimento. Ora, o desenvolvimento a longo prazo do turismo e do lazer é um dos principais objectivos de Macau, por isso, para a acção conjunta entre a comunidade e as empresas de lazer é necessário um novo modelo e o desenvolvimento comunitário deve ter um posicionamento claro no círculo comercial e explorar a cultura humanística comunitária, para dinamizar o desenvolvimento dos bairros comunitários e promover o desenvolvimento económico. Face aos objectivos de desenvolvimento da nova era, o Governo deve reforçar ainda mais o seu papel orientador, ter como objectivo a promoção do desenvolvimento da economia comunitária, abrir novos espaços para a cooperação entre as empresas de lazer e as PME, promover o investimento e o novo consumo, a fim de aumentar ainda mais a atractividade dos bairros comunitários, impulsionar, efectivamente, o crescimento económico dos mesmos e promover a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer.

Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. As actividades de incentivo ao consumo organizadas pelo Governo obtiveram bons resultados, nomeadamente o “Benefício de desconto imediato para o consumo dos idosos” lançado no corrente ano. As PME estão a enfrentar mudanças na estrutura económica, e há falta de medidas eficazes para fazer face a esta situação, assim, deve o Governo aumentar a eficácia da revitalização económica e alargar o âmbito do apoio financeiro. Pelo exposto,

sugiro ao Governo que continue a lançar mais medidas de incentivo ao consumo, por exemplo, a implementação do plano de desconto imediato, para estabilizar a confiança do mercado, promover o consumo nos bairros comunitários e dar mais apoio às PME para estas ultrapassarem as dificuldades de desenvolvimento.

2. O modelo de desenvolvimento dos bairros comunitários encontra-se em fase de transição, exigindo não apenas o impulso do consumo, mas também investimento, de modo a preservar a competitividade do desenvolvimento comunitário. Embora o Governo tenha manifestado a intenção de promover novos investimentos nos bairros comunitários, verifica-se que os esforços actuais de atracção de capitais permanecem insuficientes, carecendo de um reforço adicional. O Governo deve, oportunamente, analisar as medidas adoptadas por regiões vizinhas, para estudar o lançamento do plano de investimento e permanência nos bairros comunitários, com vista a injectar vitalidade na economia comunitária e a promover, com maior vigor, o seu desenvolvimento.

3. As seis empresas de lazer têm apoiado, através de diversas formas, as pequenas e médias empresas (PME) e o desenvolvimento comunitário. No entanto, face às alterações do modelo de desenvolvimento económico, a interacção entre as mesmas e os bairros comunitários sofreu mudanças. Segundo alguns sectores, o Governo deve continuar a promover a cooperação entre as seis grandes empresas e as pequenas e médias empresas, explorando novos caminhos para a revitalização comunitária. Especialmente na criação de círculos comerciais nos bairros comunitários, o Governo pode promover a implementação conjunta de planos de benefícios entre ambas as partes, permitindo que os turistas façam compras nos bairros comunitários e, posteriormente, usufruam de descontos nas empresas de lazer mediante a apresentação dos respectivos recibos de consumo, deste modo, são providenciadas opções de consumo diversificadas que contribuem, de forma abrangente, para a construção do Centro Mundial de Turismo e Lazer.

## IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 11.06.2025

### Problema do emprego

Em 2024, a taxa geral de desemprego foi de 1,8 por cento e a taxa de desemprego dos residentes situou-se em 2,4 por cento; no primeiro trimestre de 2025, a taxa geral de desemprego foi de 1,9 por cento e a taxa de desemprego dos residentes situou-se em 2,5 por cento, tendo ambas subido ligeiramente em relação ao trimestre anterior; a taxa de subemprego dos residentes situou-se em 1,6 por cento, sendo que a população desempregada era composta por 7300 indivíduos, dos quais 3700 tinham habilitações académicas de ensino superior e os jovens com idades entre os 25 e os 34 anos representavam a maior percentagem da população desempregada. Para além do problema do desemprego estrutural dos idosos e das pessoas de meia-idade, com baixas qualificações técnicas ou baixas habilitações académicas, actualmente, a questão da elevada escolaridade e da baixa empregabilidade merece a nossa atenção, porque algumas pessoas têm dificuldade em arranjar um emprego permanente, por isso, só podem trabalhar a tempo parcial. Mais, no final do ano, o encerramento de 11 casinos-satélite vai afectar o emprego de um grande número de trabalhadores locais.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. Há que reforçar a aplicação da tecnologia de megadados e aproveitar plenamente as informações recolhidas na “Conta única de acesso comum”, optimizando o inquérito ao emprego, nomeadamente, conhecer a situação de emprego dos novos graduados, dos trabalhadores a tempo parcial e dos indivíduos que têm vários empregos ao mesmo tempo, e a proporção e a tendência de desenvolvimento no emprego dos grupos especiais que trabalham mas não residem em Macau, assegurando que os dados do inquérito abrangem todos os tipos de grupos de emprego, dominando de forma abrangente e precisa a estrutura da oferta e da procura, a fim de aumentar a eficiência do mercado de trabalho e a formulação de políticas relevantes, realizando assim a correspondência em tempo real entre as vagas de emprego e as informações dos candidatos a emprego.

2. O mercado de Macau é pequeno e a estrutura industrial é monolítica, o que limita o desenvolvimento profissional e as opções de emprego dos jovens, portanto, sugiro ao Governo que, tendo em conta o rumo de desenvolvimento de Macau “1+4”, reforce a cooperação com as seis empresas integradas de lazer e outras empresas locais, e entre o Governo e as empresas do Interior da China, proporcionando aos jovens formação profissional mais diversificada, planos de estágio e oportunidades de emprego, elevando ainda mais o nível profissional e a competitividade no mercado de trabalho, e alargando o caminho profissional.

3. O Governo lançou o plano de apoio ao emprego dos jovens na Grande Baía, que visa atribuir um subsídio aos jovens graduados do ensino superior, com idade igual ou inferior a 35 anos, que se desloquem para trabalhar nas empresas indicadas nas 9 cidades da Grande Baía e na Zona de Cooperação. Assim, sugiro o aprofundamento da cooperação com o

Interior da China, incluindo o aperfeiçoamento da partilha de informações de emprego na Grande Baía; lançamento de mais projectos “um teste, vários certificados”, abrangendo mais sectores e facilitando aos residentes a obtenção do certificado de técnicas; e a promoção contínua do reconhecimento da qualificação profissional na Grande Baía, alargando o âmbito do reconhecimento, permitindo que mais profissionais de Macau possam exercer aí a sua profissão e criando mais oportunidades de emprego para os residentes.

4. Adoptar medidas para combater rigorosamente os trabalhadores ilegais, os TNR que desempenham funções para as quais não foram autorizados e os que se aproveitam da designação de “voluntários” para fugir ao regime de autorização de trabalho, etc. Para além disso, há que aperfeiçoar o mecanismo de denúncia, e reforçar a fiscalização e a execução da lei. Mais, há que rever e otimizar os respectivos diplomas legais, com vista a aumentar os “custos” da contratação de trabalhadores ilegais e assegurar o direito ao emprego dos nossos residentes.

5. Espero que o Governo continue a dialogar com as concessionárias, para que, antes e depois do encerramento dos casinos-satélite, continuem a inteirar-se da situação de emprego dos trabalhadores locais e do impacto nos estabelecimentos nas proximidades, como de restauração, venda a retalho, “boutiques”, etc., para dar apoio aos trabalhadores locais com necessidades de conjugação de emprego ou formação profissional, etc.

6. O Governo criou o “Grupo de Trabalho para a Coordenação da Promoção de Emprego”, que coordena os recursos interdepartamentais e promove a garantia do emprego dos residentes locais. Este grupo, para além de ter de aperfeiçoar a definição e a execução da política de emprego, deve criar um mecanismo de avaliação desta política a longo prazo, para, através da monitorização contínua do mercado de trabalho, nomeadamente, quanto à procura e *feedback* dos trabalhadores, assegurar que o sistema de garantia de emprego se possa adaptar, de forma flexível, à evolução da conjuntura socioeconómica.

## IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 11.06.2025

### **Reforçar o ensino multilingue para construir uma cidade internacional**

Nos últimos anos, Macau tem-se empenhado na concretização do posicionamento de desenvolvimento de “Um Centro, Uma Plataforma, Uma Base” e promovido de forma pragmática a diversificação adequada da economia de “1 + 4”, tendo envidado esforços para se transformar numa metrópole internacional. Tendo em conta este contexto, a capacidade linguística não é apenas um instrumento de intercâmbio, mas também uma demonstração integrada da competitividade dos talentos locais, da tolerância urbana e do *soft power* cultural de Macau.

Macau possui uma tradição bilingue de chinês-português e uma base bilingue de chinês-inglês. Mais, muitos jovens têm interesse em aprender português, japonês, coreano e espanhol, entre outros idiomas, por isso, possuímos potencialidades para desenvolver uma sociedade multilingue. Mas, segundo a actual política linguística, o ensino da língua inglesa é obrigatório em todas as escolas de Macau, enquanto a língua portuguesa, apesar de ser oficial, não é uma das disciplinas definidas para o ensino generalizado e, quanto a outras línguas, como o francês, o espanhol e o japonês, também são apenas disciplinas opcionais ou aprendidas através de cursos extracurriculares, o que não favorece a criação em Macau de um ambiente social onde coexistam diversas línguas, para receber os turistas e comerciantes vindos de todo o mundo.

Comparando com outros países, por exemplo, no Luxemburgo, implementa-se a política de “três línguas em paralelo”, ou seja, alemão, francês e inglês, assim, os alunos recebem ensino multilingue desde o jardim-de-infância e as línguas de ensino são mudadas de acordo com as características de cada disciplina, sendo possível cultivar uma forte capacidade de adaptação linguística e competências interculturais; em Singapura, aplica-se a política de “o inglês assumir o papel principal e os idiomas étnicos serem secundários” (estes incluem o chinês, o malaio e o tâmil), para, através de regimes, equilibrar a competitividade global e a preservação multicultural, conseguindo-se, com sucesso, criar uma estrutura social com resiliência económica e cultural. Portugal e Espanha são também países multilingues. Em Portugal, os alunos aprendem português e inglês desde o ensino primário e, a partir do ensino secundário complementar, uma terceira ou quarta língua, como o espanhol, o alemão, o francês e o italiano, podendo escolher-se livremente. Na Espanha, usa-se principalmente o espanhol, mas existem outras três línguas oficiais comuns, isto é, o catalão, o basco e o galego, e quase todas as escolas primárias e secundárias adoptam um ensino bilingue - inglês e espanhol. Tudo isto reflecte a estratégia de integração entre a política linguística e a coexistência das diversas culturas.

Com base nas línguas oficiais, a criação de um ambiente multilinguístico é um elemento indispensável para a internacionalização de Macau. O domínio de várias línguas por parte das novas gerações contribui para o reforço da tolerância e intercomunicabilidade cultural da cidade, para a elevação da imagem global e do estatuto internacional de Macau, assim

como para a sua ligação ao mundo, sendo fundamental para a promoção da diversificação adequada da economia.

Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. Nas diversas políticas de apoio financeiro do Governo, incluindo a de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo, há que destacar o contexto da criação de uma imagem humanista da cidade, para elevar a capacidade multilinguística dos trabalhadores dos diversos sectores e ter a literacia linguística dos “sujeitos” da cidade como um conteúdo importante para a construção da imagem da cidade, assegurando-se uma boa experiência de intercâmbio aos viajantes de negócios.

2. Os serviços competentes devem definir critérios e métodos de avaliação científicos e racionais, avaliar periodicamente a capacidade e o nível linguístico dos trabalhadores, e incentivar as empresas a reconhecerem as suas qualificações e experiência linguística.

3. A longo prazo, o Governo deve definir um “plano de desenvolvimento do ensino multilingue”, definindo claramente o estatuto das línguas e a distribuição dos níveis de ensino na política linguística. Propõe-se a integração gradual do português e do espanhol nos currículos básicos dos ensinos primário e secundário, nomeadamente, a implementação do ensino do português e do espanhol de nível básico nas escolas públicas e nas escolas subsidiadas, para que os alunos possam, desde pequenos, desenvolver as capacidades bilíngues e até trilingues, consolidando o papel de Macau como plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Ao mesmo tempo, é necessário incentivar as escolas a criar programas-piloto de ensino multilingue, explorando o modelo de ensino trilingue em inglês, português e mandarim, e apoiando a abertura de cursos para o ensino de línguas não predominantes, como o francês, o japonês e o coreano.

## **IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 11.06.2025**

### **Manter as vantagens turísticas e acelerar o aperfeiçoamento das instalações turísticas**

Enquanto Centro Mundial de Turismo e Lazer, Macau ocupa um lugar de destaque no mercado turístico internacional, graças à singularidade do encontro entre as culturas chinesa e ocidental e à base madura do turismo. Para reforçar a competitividade e tornar Macau num destino turístico internacional amigo dos turistas, há que atender às características urbanísticas de Macau, isto é, alta densidade, e aperfeiçoar todos os aspectos da experiência turística, começando pela qualidade dos serviços, trânsito e eficiência da passagem fronteiriça, etc.

No Relatório das LAG para este ano, o Governo afirma que vai dar prioridade ao aprofundamento da integração intersectorial “Turismo +”, e à expansão activa dos mercados de visitantes internacionais. No quadro desta política, os serviços competentes devem ter como núcleo a construção dum sistema de serviços sofisticados e personalizados, o recurso à tecnologia inteligente para superar as limitações do espaço, e o esforço para melhorar o nível de satisfação dos turistas, quanto à segurança, facilidade e experiência cultural. Isto, para consolidar o posicionamento de Macau como “Cidade Internacional de Cultura”, e promover o desenvolvimento sustentável e de alta qualidade do turismo.

Para continuar a tirar partido das vantagens do sector do turismo de Macau, é essencial melhorar as instalações turísticas complementares. No que respeita aos aspectos de orientações e elementos turísticos, eficácia da passagem alfandegária e ambiente de alojamento, gostaria de apresentar as seguintes sugestões:

1. Segundo opiniões recentes de residentes e visitantes, ainda há espaço para melhorias contínuas no tráfego e nas placas de sinalização dos pontos turísticos, etc. Macau está a desenvolver, activamente, infra-estruturas inteligentes, pelo que as instalações turísticas complementares devem também ser modernizadas. Proponho, então, às autoridades que reforcem a orientação em termos do trânsito e dos pontos turísticos, introduzindo tecnologias inteligentes, proporcionando aos turistas serviços de inteligência artificial, como um guia turístico em várias línguas e em RV, de modo a proporcionar ao público um ambiente de viagem seguro e conveniente. Mais, pode recorrer-se à tecnologia inteligente para criar elementos turísticos nocturnos e disponibilizá-los ao público, e melhorar as feiras nocturnas na Avenida de Almeida Ribeiro, na Rua do Cunha na Taipa, etc., com vista a prolongar o tempo de permanência dos turistas.

2. Para além do transporte, a elevação da eficiência e conveniência da passagem transfronteira é uma condição importante para o desenvolvimento da indústria turística. Assim, sugiro ao Governo que acelere as negociações com os serviços alfandegários do Interior da China sobre questões jurídicas e políticas, para adoptar o modelo de “inspecção fronteiriça integral” nos postos fronteiriços e generalizar a passagem pelo reconhecimento da íris, para elevar a conveniência da passagem nos mesmos. Além disso, deve estudar a implementação da função de “dispensa de apresentação de documento de identificação” nos

postos fronteiriços, para elevar a eficiência na respectiva passagem. Com vista a concretizar o estatuto de cidade internacional de cultura e expandir as fontes de turistas internacionais, espera-se que o Governo alargue o âmbito de aplicação dos actuais “canais-e” e crie mais orientações linguísticas para a passagem automática nas fronteiras, para proporcionar ao público um ambiente de passagem fronteiriça mais conveniente e amigável.

3. Na sequência da mudança do ambiente económico em geral, o modelo de consumo do público tende para o turismo de baixo custo, e os hotéis de cinco estrelas ou mais continuam a ocupar uma grande percentagem em Macau. Para incentivar os turistas a pernoitar em Macau, o Governo deve acelerar a renovação dos edifícios devolutos, otimizar o regime de licenciamento e acelerar os trabalhos de apreciação e autorização dos pedidos para a abertura de hotéis económicos. Ao mesmo tempo, deve examinar e executar a tarefa de as instalações complementares dos hotéis económicos terem de acompanhar de perto os critérios dos serviços internacionais, acarretando um efeito positivo para a indústria turística de Macau.

Espero que o Governo da RAEM, através das sugestões acima referidas, aperfeiçoe, em concreto, as infra-estruturas turísticas, e continue a desenvolver as vantagens turísticas de Macau e a impulsionar o desenvolvimento sustentável do sector do turismo.

## IAOD do Deputado Wang Sai Man em 11.06.2025

### **Optimização das instalações complementares de Ká Hó, mais eficiência e eficácia e menos custos**

Desde 2022, o Governo tem promovido a mudança das actividades logísticas do Porto Interior para o Terminal de Ká-Hó, em articulação com o planeamento urbanístico e a reconversão das funções portuárias. A orientação política consiste em escoar o trânsito urbano, otimizar a distribuição da logística e elevar a eficiência do funcionamento portuário. No entanto, na prática, as empresas de distribuição de mercadorias e de logística enfrentam, sob as novas medidas, custos operacionais mais elevados e uma série de dificuldades operacionais, o que afecta gravemente a competitividade do mercado e o desenvolvimento sustentável.

Segundo o sector, o Terminal de Ká-Hó carece de uma inspecção sanitária regular e abrangente, pelo que o IAM só pode inspecionar produtos de carne não congelada, como lacticínios e enlatados, em determinados períodos de tempo, e não pode tratar dos produtos de carne congelada que chegam através da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, afectando a eficiência logística e provocando a perda de clientes. Além disso, devido à falta de mão-de-obra do IAM, os períodos de quarentena dificilmente se articulam com o funcionamento diário das empresas, o que resulta na impossibilidade de levantar atempadamente as mercadorias e em atrasos significativos na distribuição, o que tem grande impacto na cadeia de abastecimento do comércio a retalho.

Por outro lado, sempre que é içado o sinal de tufão, as empresas têm de rebocar as embarcações atracadas em Ká-Hó para se abrigarem no Porto Interior, e as operações só são retomadas quando o sinal de tufão baixa para 1, e durante este período há atrasos na entrega de mercadorias, incluindo a aérea, e a mercadoria congelada não é inspecionada a tempo, o que resulta em perda de tempo e dinheiro. Houve um caso em que os ventos fortes causaram a ruptura dos cabos de navegação, o que constitui uma ameaça latente para a segurança da ponte. Na realidade, o ambiente geográfico de Ká-Hó é relativamente estável e possui condições para servir de porto de abrigo, mas não está a ser devidamente aproveitado.

Além disso, como a Ponte-Cais de Ká-Hó está longe do centro da cidade, o transporte dos contentores para o armazém é demorado, o que aumenta os custos de combustíveis. Mais, para os proprietários das mercadorias é mais fácil deslocarem-se ao Porto Interior para tratar dos problemas pessoalmente, ora, isto contribui para enfraquecer a vontade do sector em optar pela Ponte-Cais de Ká-Hó.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Sugiro ao IAM que melhore, o mais rápido possível, as instalações do posto de inspecção do Terminal de Ká-Hó, ajuste os recursos humanos para prestar serviços de inspecção que abrangem as mercadorias da cadeia fria por via marítima e importados através

da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, evitando o impacto das actuais disposições do referido Terminal, a fim de responder às necessidades reais do sector.

2. Sugiro ao Governo que reveja a actual política de deslocação das embarcações do Terminal de Ká-Hó para o Porto Interior durante a passagem de tufões e considere as vantagens geográficas de Ká-Hó para criar medidas de segurança e mecanismos de avaliação que permitam às embarcações, que tenham os devidos requisitos, atracar e operar no Terminal de Ká-Hó, a fim de reduzir os riscos de segurança e o desperdício de recursos e assegurar o normal funcionamento da cadeia de fornecimento.

3. Sugiro ao Governo que lidere a criação de um “grupo de coordenação para a operação do Terminal de Ká-Hó”, composto por representantes do IAM, dos Serviços de Alfândega, dos Serviços Portuários e das empresas do sector, com os quais reúna periodicamente para discutir a organização da inspecção sanitária, o mecanismo de emergência, propostas de melhoramento dos procedimentos operacionais, a criação de uma linha aberta ou um sistema de comunicação de emergência, para assegurar uma resposta rápida, reduzir o impacto na operação e elevar a eficiência da gestão geral do terminal marítimo e a confiança das empresas.

## IAOD da Deputada Lo Choi In em 11.06.2025

### **Melhorar o regime jurídico, aumentar os recursos humanos das instituições de acção social escolares e proteger as famílias e as crianças**

O mandato da 7ª Assembleia Legislativa está prestes a terminar. Olhando para os últimos três anos, a maior parte do tempo estivemos sob o nevoeiro da epidemia, apesar dos esforços do anterior Governo para ultrapassar, em conjunto com a população, as dificuldades. De um momento para o outro, entra em funções o actual Governo, que demonstra que Macau vai iniciar um novo capítulo.

No entanto, as cicatrizes deixadas durante a epidemia ainda não foram totalmente saradas, existindo ainda diversos problemas estruturais na sociedade e velhos problemas relacionados com a vida da população, por exemplo, o planeamento de transportes continua com falhas, há dificuldades de acesso aos cuidados de saúde, pouca oferta e muita procura de serviços de idosos e de camas, falta de recursos humanos de apoio nas instituições de solidariedade social, a degradação e a perda de consumo, o que resulta em dificuldades para as micro, PME, recessão do mercado de trabalho e falta de saídas para os jovens.

O que mais nos preocupa é que a taxa de suicídio continua a subir e tende a aumentar entre os jovens. Perante o duplo desafio de uma sociedade envelhecida e da baixa taxa de natalidade, o problema torna-se mais complicado e iminente. As causas do suicídio são complexas, quer o Governo quer os serviços públicos têm desenvolvido várias acções neste âmbito. No entanto, perante um ambiente social vasto e em constante mudança, não se pode ficar preso às regras, a solução não se deve basear apenas nos recursos existentes, há que dispor de pessoal e recursos suficientes para cooperar plenamente com as associações cívicas e as instituições profissionais.

Por exemplo, em relação aos agentes de aconselhamento, existem 76 instituições de ensino não superior em Macau, com cerca de 87 mil alunos, mas apenas 400 agentes de aconselhamento. Isto é, cada escola tem, em média, 5,26 agentes de aconselhamento, um número que parece muito elevado, mas cada deles tem a seu cargo, em média, 217,5 alunos, o que significa que cada aluno só pode receber apoio de cerca de 0,005 agentes de aconselhamento. Mais, nas escolas existem ainda alunos do ensino inclusivo, alunos com necessidades especiais (SEN) e alunos com *background* diferentes, ou seja, a situação é ainda mais complicada. Que se saiba, o agente de aconselhamento é considerado um posto com uma elevada taxa de rotatividade no sector da solidariedade social.

Com a diminuição da taxa de admissões, a situação dos recursos humanos nas escolas não melhorou, antes pelo contrário, as escolas passaram a ter menos recursos, especialmente nas escolas primárias, jardins de infância, instituições do ensino especial e nas instituições de aconselhamento e serviços sociais. O número de turmas diminuiu ou as turmas juntaram-se sem aumentar o pessoal, o volume de trabalho aumentou sem redução do rácio professor/aluno, portanto, não se pode falar de “solidariedade e apoio individual”. Segundo um responsável de uma instituição de ensino especial, “não há recursos para a reparação e

tratamento das infiltrações no terraço do centro”. Quero sublinhar que não estou a menosprezar nem a criticar o trabalho dos serviços competentes. Antes pelo contrário, espero que, sob a liderança do novo Governo e do novo Secretário, os diversos serviços públicos colaborem e adoptem medidas adequadas, no sentido de conseguir mais recursos para população, para as camadas sociais mais desfavorecidas e para as instituições de serviços sociais.

Por último, gostaria de manifestar o seguinte: eu, como deputada à Assembleia Legislativa acredito no Direito, e o Direito é a pedra basilar do desenvolvimento e funcionamento desta sociedade. Hoje em dia, a população tem acesso aos diversos serviços e regalias da RAEM e isso deve-se ao constante aperfeiçoamento e elaboração das leis. Por exemplo, muitos benefícios sociais têm origem na Lei n.º 6/94/M (Lei de bases da política familiar), uma lei elaborada ainda antes do retorno de Macau à Pátria; o actual sistema educativo tem origem na Lei de Bases do Sistema Educativo Não Superior de 2006, que estabeleceu as bases para a nossa educação. Por isso, quando enfrentamos qualquer dificuldade ou insuficiência, o mais importante é rever ou aperfeiçoar as respectivas leis. As referidas leis são muito importantes, mas já estão em vigor há cerca de 20 ou 30 anos, portanto, para além de não terem sido actualizadas, parece que caíram no esquecimento. Assim, espero e apelo ao actual Governo e à nova legislatura da Assembleia Legislativa para que, no futuro, procedam, em tempo oportuno, à revisão e actualização dessas leis, para que possam continuar a proteger as nossas famílias e crianças, os pilares da sociedade, assim como criar mais postos de trabalho e vias de desenvolvimento aos nossos jovens.

## IAOD do Deputado Ma Io Fong em 11.06.2025

### **Melhoria da regulamentação sobre o desenvolvimento e a utilização da IA, em prol da manutenção da segurança e estabilidade digitais em Macau**

Com o rápido desenvolvimento da tecnologia nos dias de hoje, a utilização das funções da Inteligência Artificial (IA) está a tornar-se gradualmente uma ajuda importante para a sociedade e os residentes na vida quotidiana e no trabalho. Porém, a IA pode dar origem a actos ilícitos, em especial, o agravamento de ataques cibernéticos, a difusão de informações falsas e, em particular, o impacto de vários tipos de “falsidades” geradas pela tecnologia de *deepfake* da IA, que têm impacto no ambiente de cibersegurança de Macau e no desenvolvimento estável da sociedade, pelo que o Governo e os serviços competentes devem estar atentos.

Desde Abril deste ano, registaram-se em Macau, uns a seguir aos outros, casos de fraude envolvendo tecnologia de *deepfake* da IA. Recentemente, surgiram sucessivamente, em plataformas da rede, vídeos produzidos pela IA, envolvendo algumas turistas sob suspeita de terem sido atropeladas depois de dançarem, sem cumprimento da lei, na faixa de rodagem, bem como incêndios causados por colisão de veículos num principal posto fronteiriço, o que suscitou discussões acaloradas na comunidade e deu mesmo origem a rumores e mal-entendidos, afectando assim a ordem pública, a harmonia e a estabilidade. Por conseguinte, o Governo deve regulamentar e orientar, adequadamente, a aplicação da tecnologia de IA e adoptar uma abordagem multifacetada através da legislação, da tecnologia e da educação, para que a IA possa ser desenvolvida e utilizada de forma positiva em Macau.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

#### 1. Aperfeiçoar o quadro legal e preencher lacunas na regulação da inteligência artificial (IA)

Segundo o Governo, a lei vigente é aplicável aos crimes relacionados com a inteligência artificial, mas, como a tecnologia da IA está a desenvolver-se rapidamente, é difícil abranger todos os cenários de aplicação diária e os novos tipos de crimes. Assim, sugiro que o novo grupo de trabalho de coordenação jurídica do Governo proceda a uma revisão global das leis, incluindo a Lei de combate à criminalidade informática, clarificando e distinguindo as definições de “fins recreativos” e “fins maliciosos”; ao mesmo tempo, deve tomar como referência a experiência internacional, por exemplo, a Lei da Inteligência Artificial da União Europeia, e definir claramente as normas sobre o desenvolvimento, uso e responsabilidade da tecnologia IA de Macau, e a necessidade de indicar a origem de todos os conteúdos gerados por esta, a fim de proteger os direitos e interesses de utilizadores e residentes.

#### 2. Criar um sistema de monitorização e controlo localizado e aperfeiçoar a capacidade de resposta técnica e de execução da lei

Tendo em conta o conteúdo gerado pela IA e a possibilidade da prática de crimes, sugere-se que o Governo coordene a criação de um centro de monitorização do uso da IA, coopere com as infra-estruturas críticas de cibersegurança, e estabeleça, em relação à Internet e às plataformas sociais, medidas de protecção para os sistemas financeiro e eleitoral, entre outros sistemas importantes, para interceptar e remover atempadamente ataques e disseminação de informações biométricas falsificadas (por exemplo, fraude de voz) ou informações falsas; mais, sugere-se que, em colaboração com as instituições do ensino superior ou os vários sectores, sejam desenvolvidas ferramentas de detecção de IA de alto desempenho, como o desenvolvimento de sistemas de detecção de conteúdos falsos em cantonês, português e até em contextos diferentes, lançando, simultaneamente, uma versão simples, para uso dos diferentes grupos de utilizadores, como os serviços de execução da lei e os residentes, ajudando-os a identificar rapidamente imagens ou conteúdos de voz falsos.

### 3. Reforçar a educação e a formação para elevar a consciência sobre a prevenção da falsificação e a literacia do público

Com base na sensibilização e educação sobre a prevenção de fraude na IA, as autoridades devem, nomeadamente, sensibilizar os idosos e os jovens, enfatizando que a divulgação de vídeos falsos gerados por IA pode constituir uma infracção legal com consequências graves. Mais, o Governo deve integrar, sistematicamente, os conhecimentos de segurança da IA nos currículos escolares e realizar diferentes actividades de sensibilização e educação com as associações comunitárias, para aumentar os conhecimentos do público sobre a tecnologia da IA e o risco derivado pelo seu abuso. Deve-se ainda, através da cooperação entre o Governo, a sociedade, as escolas e a família, reforçar a capacidade de resposta à informação e ao discurso na Internet, permitindo reagir, esclarecer e dar seguimento aos trabalhos em tempo útil, quando o público enfrenta informações que podem causar influências negativas ou ser enganosas.

## **IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 11.06.2025**

### **Apoiar, em conjunto, para o melhoramento das condições de participação dos pais nos assuntos laborais, construindo em conjunto um doce lar**

Em primeiro lugar, gostaria de aproveitar o próximo dia do pai para endereçar votos de felicidades a todos os pais de Macau, agradecendo-lhes o seu empenho na sociedade, no trabalho e no seio familiar. No conceito tradicional de “homem dentro da família”, o pai é o pilar económico na família, enquanto a mãe assume o papel de cuidadora dos afectos da família. No entanto, com o desenvolvimento social e o aumento da consciência sobre a igualdade de género, especialmente com o grande apoio do Governo da RAEM, registou-se uma alteração gradual do conceito de responsabilidade dos cuidados familiares devido à promoção conjunta da sociedade e das associações civis. Nos últimos anos, através de inquéritos realizados pelas associações de mulheres, verificou-se que a maioria das famílias adopta o modelo de “responsabilidades partilhadas”. Os pais participam por sua iniciativa, cada vez mais, nos trabalhos domésticos e na educação dos filhos, assumindo, em conjunto com as suas mulheres, a responsabilidade de cuidar dos filhos.

No entanto, com a alteração do papel do pai no seio familiar, muitas vezes, este tem de procurar o equilíbrio entre a família e o trabalho, para além disso, os homens não conseguem transmitir os seus sentimentos, sendo que a participação em assuntos familiares ou na educação dos filhos lhes causa ansiedade. É de salientar que, no último Relatório das LAG, propõe-se o aprofundamento da educação parental e matrimonial, e a preparação para serem pais, bem como acções de sensibilização para a gestão dos assuntos familiares e divisão das tarefas familiares para casais em que trabalham e para pais jovens, promovendo uma cultura familiar de comunicação e de respeito. Estas medidas contribuem para o melhoramento do ambiente e da atmosfera social. Assim, espero que, no futuro, em articulação com as políticas, estas medidas sejam orientadas e aperfeiçoadas em prol do desenvolvimento familiar, ajudando os pais a serem “mais carinhosos” e a formarem uma “equipa de estrelas” com a sua mulher. Isso não só contribui para um melhor ambiente de igualdade de género na sociedade e no local de trabalho, mas também contribui para a promoção da harmonia familiar, uma melhor relação entre pais e filhos e contribui ainda para a construção de um doce lar.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Reforço dos serviços de orientação para a educação familiar. Há que recorrer ao “Plano de Educação para a Vida Familiar” e ao “grupo de trabalho para a promoção da participação do pai na educação dos filhos” e, em cooperação com as associações, desenvolver, na sociedade, actividades sobre educação familiar destinadas aos pais; há que elaborar guias práticos ou manuais sobre esta questão, providenciando conhecimentos sistemáticos sobre o papel do pai e a empatia na educação infantil, que abranjam todas as

fases de crescimento ou seja desde a gravidez até à idade pré-escolar dos filhos. O mesmo manual deve conter indicações tanto para chamar a atenção dos pais sobre os assuntos que devem ser anotados como para medidas de contingência, reforçando conceitos, técnicas de educação infantil, e a confiança parental. Também os membros da família devem apoiar activamente o pai nos assuntos familiares.

2. Fomentar políticas que incentivem a participação do pai na educação dos filhos. No relatório das LAG é referido o estudo sobre o ajustamento da licença de maternidade e das férias anuais da “Lei das relações de trabalho”, por isso sugere-se ainda a inclusão do aumento do número de dias de licença de paternidade no referido estudo, e que se adopte a ideia de “aplicação da lei e apoio em co-responsabilização da sociedade” para estudar a viabilidade de acrescentar, no futuro, medidas favoráveis à família, tais como licença parental e horário flexível para trabalhadores (de sexo masculino e feminino), criar melhores condições para a participação dos pais na educação dos filhos, consolidar os laços de sentimento de família, criando assim uma atmosfera familiar harmoniosa.

3. A ética na constituição da família. A família é a unidade básica da sociedade e o ambiente familiar saudável é também a pedra basilar do ambiente harmonioso da sociedade. Espera-se que, através da cooperação entre o Governo, as escolas, as empresas e a população, seja promovida a cultura de “amor filial” na sociedade e na família, para tal, há que promover o ambiente social e as virtudes familiares do respeito pelos idosos e do amor pelas crianças e do respeito pelos pais, com vista à construção conjunta de um bom lar.

## IAOD da Deputada Leong On Kei em 11.06.2025

Macau, enquanto Centro Mundial de Turismo e Lazer, procura integrar profundamente a cultura e o turismo, elevando a atractividade da cidade e promovendo a diversificação económica. Face à crescente concorrência no mercado turístico mundial, o Governo apresentou, no Relatório das LAG para o corrente ano, uma série de medidas inovadoras, incluindo o reforço das indústrias culturais e criativas, a construção de uma zona integrada de turismo e cultura e a promoção da modernização do sistema de transportes, para elevar a concorrência internacional de Macau. Com a selecção de Macau como “Cidade Cultural da Ásia Oriental 2025” e a implementação de várias políticas favoráveis a Macau lançadas pelo Governo Central, que injectam uma nova vitalidade para o desenvolvimento do turismo cultural, no futuro, o Governo deve continuar a aprofundar o encanto cultural de Macau, reforçar a sua atractividade turística, para dar um impulso mais sólido à inovação e à actualização da indústria cultural e turística.

As autoridades propuseram materializar a inovação cultural e o turismo cultural, apoiando os sectores em causa na criação de espaços de consumo cultural mais inovador e típico e promovendo o desenvolvimento conjunto da inovação cultural e do turismo cultural. Macau é uma cidade internacional de turismo e lazer, pelo que os seus postos fronteiriços não são apenas importantes portas, mas também as principais janelas para mostrar a imagem cultural da cidade. As autoridades podem planear, racionalmente, o espaço de exposição cultural em cada um dos postos fronteiriços de Macau em torno do posicionamento de “um centro, uma plataforma e uma base”. Por exemplo, através de instalações artísticas, exposições interactivas e até mesmo de exposições digitais de obras culturais e criativas, podem criar uma plataforma para promover a cultura e a criatividade de Macau, reforçar as primeiras impressões e o conhecimento da cultura local por parte dos visitantes, aumentar a influência cultural global de Macau, promover a transformação da área modal de passagem aduaneira para um amplificador de valores culturais e, ao mesmo tempo, concretizar a utilização dinâmica dos recursos culturais e a modernização da cadeia industrial.

Mais, a linha de Hengqin, inaugurada no ano passado, facilita as deslocações dos residentes e turistas, e simboliza a modernização e eficiência do sistema de transporte de Macau. Com as políticas benéficas a Macau, nomeadamente “uma viagem por semana” e o “visto de múltiplas entradas” para os residentes de algumas cidades do Interior da China, intensificaram-se as viagens entre as cidades, e criaram-se mais oportunidades para a fusão cultura-turismo. Para potenciar plenamente o valor cultural do Metro Ligeiro, o Governo pode instalar, nas estações, marcos culturais característicos, sobre a história e com elementos artísticos e criativos. Mais, pode contar com os artistas e *designers* locais, para conceber desenhos e decorações com características de Macau para as carruagens, tornando este meio de transporte um espaço móvel de projecção cultural. Isto para promover a inovação na junção transporte-cultura, no sentido de criar uma imagem de Macau única e atraente. No futuro, Macau deve empenhar-se na criação dum modelo de integração cultura-turismo multidimensional, por forma a promover a diversificação económica e o desenvolvimento sustentável, através de políticas inovadoras para incentivar a cooperação intersectorial, em

prol da transformação de Macau num destino internacional de turismo e cultura mais atraente.

## IAOD do Deputado Zheng Anting em 11.06.2025

### **Ajustamento dinâmico dos preços de venda de habitação económica e optimização da respectiva política**

A questão da habitação está ligada ao núcleo do desenvolvimento social de Macau, afectando directamente o bem-estar e a estabilidade familiar da população e também o planeamento urbanístico a longo prazo. Os jovens e as famílias das camadas de base enfrentam, de um modo geral, maior pressão e dificuldade na aquisição de habitação, questão que despertou a atenção da sociedade, portanto, o Governo lançou a política de “habitação de cinco classes”, para fornecer habitação adequada aos residentes com diferentes condições económicas, respondendo às necessidades habitacionais.

Porém, o desenvolvimento socioeconómico de Macau está constantemente a mudar, assim como a oferta e a procura de habitação, e a actual política de habitação pública, nomeadamente, o regime de habitação económica, tem vindo a revelar problemas e insuficiências, pelo que o Governo deve proceder, em tempo oportuno, à sua revisão e ajustamento, para concretizar a intenção inicial da política e responder às necessidades reais dos residentes.

De acordo com os dados estatísticos mais recentes, o preço médio da habitação em Macau caiu mais de 14 por cento em Maio de 2025, em comparação com o mesmo mês do ano passado. No entanto, os preços das fracções de habitação económica não sofreram qualquer ajustamento, fixando-se ainda em cerca de 3300 patacas por pé quadrado, um valor quase igual ao praticado no mercado privado, o que desincentiva muitos residentes.

Segundo alguns candidatos da habitação económica, depois da epidemia, o nível de rendimentos não teve um aumento significativo, os preços dos produtos e as despesas aumentaram constantemente, e os preços das habitações económicas são muito elevados, por isso, receia-se que os encargos da vida quotidiana aumentem ainda mais. Assim, mesmo os que são contemplados no sorteio podem ver-se obrigados a desistir, por não terem capacidade financeira para pagar as prestações iniciais e mensais. A habitação económica é um recurso importante para a habitação pública, por isso devia desempenhar a sua função de segurança social, ajudando, efectivamente, as pessoas com determinado rendimento a resolver as suas dificuldades habitacionais. Se o actual critério de fixação de preços for superior à capacidade real das famílias das camadas sociais mais baixas, isto afecta a atractividade da política e enfraquece a eficácia da distribuição dos recursos de habitação pública.

Pelo exposto, apresento ao Governo as seguintes sugestões:

1. Espero que o Governo reveja os respectivos preços e proceda aos devidos ajustamentos, para concretizar a intenção inicial das políticas e responder às necessidades reais dos residentes. Face à descida contínua dos preços dos imóveis no mercado privado, deve criar-se um mecanismo de ajustamento dos preços das habitações económicas,

ajustando-os de acordo com o ciclo do mercado imobiliário, a mediana dos rendimentos dos residentes e a sua capacidade económica, para apoiar, com maior flexibilidade, os residentes das camadas sociais mais baixas na resolução dos seus problemas habitacionais.

2. Tendo em conta as necessidades de desenvolvimento familiar dos residentes, sugiro ao Governo que implemente novas políticas para apoiar os jovens agregados familiares das habitações económicas a mudarem de casa. Actualmente, o número de pedidos de habitação económica diminuiu em comparação com o passado, e a oferta de habitação económica é cada vez mais satisfatória, o que contribui para o Governo otimizar o regime de habitação de forma mais científica e flexível. O Governo deve ponderar sobre a implementação de um mecanismo de “troca de fracções”, procedendo, em primeiro lugar, a estatísticas e estudos sobre a vontade dos seus titulares e, através da apreciação do número de elementos do agregado familiar, dar-lhes a oportunidade de troca da sua habitação, de T1 para T2, e de T2 para T3, para poderem dar resposta ao aumento do seu agregado e melhorar o ambiente habitacional dos residentes e da geração seguinte.

3. Dar apoio aos jovens que tenham necessidade e vontade de adquirir uma casa. Nos concursos anteriores para habitação económica, os jovens que acabavam de entrar na sociedade enfrentavam muitas vezes “dificuldades de acesso a habitação”. Se forem relaxados os requisitos para a candidatura a habitação económica, ou se forem enriquecidas as opções de habitação, transformando as habitações económicas em pensões para jovens, a pressão dos jovens na aquisição de habitação será aliviada e os recursos públicos serão plenamente aproveitados, permitindo uma garantia que é nuclear para a estabilidade da vida dos jovens.

José Maria Pereira Coutinho

**“A importância de os cidadãos participarem na gestão pública”**

O Governo de Macau, ao ouvir directamente os cidadãos e as representações sociais da Assembleia Legislativa, consegue sempre, ter uma visão mais completa das políticas que pretende implementar, ou, por exemplo, como podem ser resolvidos os mais importantes problemas que afectam os cidadãos.

E é, desta forma, que o Governo consegue antever com um elevado grau de certeza as consequências positivas ou negativas das políticas ou medidas que pretenda implementar. Com a participação efectiva dos cidadãos conseguem-se decisões mais acertadas, eficazes e justas, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e participativa. Ouvir bem, é um passo importante à legitimidade e justiça das decisões que contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Vem este inquérito a propósito dos Planos de Comparticipação Pecuniária no Desenvolvimento Económico (Plano) que tiveram sempre, como principal argumento e fundamento, o objectivo de partilhar com a população os frutos derivados do desenvolvimento económico da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) nestes últimos dezassete anos.

Ao longo dos anos, muitos cidadãos e vários deputados deste hemiciclo sempre defenderam que estes Planos deveriam ser planos com carácter permanente, duradouro e regulamentado por lei especial a ser aprovada por esta Assembleia Legislativa.

Contudo, sem que os cidadãos tivessem sido auscultados esta Assembleia sido ouvida, o Governo de Macau através do Regulamento Administrativo n.º 15/2023 decidiu unilateralmente estipular que o programa de atribuição dos montantes da comparticipação pecuniária seria de “natureza provisória” ao contrário do carácter permanente que a maioria dos cidadãos e alguns deputados haviam sugerido ao longo dos anos. Ou seja, no próximo ano, o Governo de Macau alegando motivos aleatórios pode com facilidade extingui-lo.

A segunda surpresa aconteceu com a implementação dos 183 dias na atribuição do Plano para o corrente ano. Também aqui nunca foi a sociedade, os cidadãos e a Assembleia Legislativa devidamente ouvida para pronunciar sobre esta importante questão. Impor hoje, regras a factos ocorridos em 2024 na atribuição do Plano de 2025 é manifestamente injusto e despropositado porque os residentes não tiveram oportunidade em tempo útil de adoptar o seu modelo de vida familiar e profissional às regras exigidas por via do Regulamento Administrativo n.º 4/2025 e somente divulgadas no corrente ano.

De referir, que existem centenas de situações especiais que não estão previstas nas excepções constantes Regulamento Administrativo n.º 4/2025 e que são consideradas

legítimas e pertinentes, tais como a situação dos pescadores que labutam no alto mar e não conseguem cumprir a exigência dos 183 dias.

O Governo de Macau deve divulgar publicamente qual o montante global não distribuído e onde vai ser gasto este dinheiro, qual o custo administrativo com estas novas medidas e quantos residentes foram afectados.

Estas e demais situações especiais não previstas no regulamento administrativo têm estado a contribuir para descontentamento generalizada da população, descontentamento e divisão entre os grupos sociais. Isto tudo poderia ter sido evitado se tivesse havido senso comum, habilidade e tacto político dos governantes, ponderando que, este não é o momento propício para implementar medidas causadoras de instabilidade social.

Por último, e atendendo à actual elevada negatividade social (suicídios, desemprego, empregos sem segurança e estabilidade, empregos com baixos salários, lojas fechadas e negócio fraco) o Governo deve implementar de imediato uma política de subvenção aos trabalhadores que se encontram a trabalhar há mais de seis meses seguidos em regime parcial e que auferem neste momento baixos rendimentos.

Também, deve o Governo de Macau implementar, um regime de bonificação de juros para apoiar financeiramente, as famílias com património negativo duradouro, mitigando-se o impacto das taxas de juro bancárias, permitindo às famílias reduzirem o montante a pagar por cada prestação mensal.

## **IAOD do Deputado Che Sai Wang em 11.06.2025**

### **Preocupação com a situação de serem cada vez mais jovens as pessoas portadoras de doenças graves e com a criação de um mecanismo de prevenção perfeito**

Nos últimos anos, a tendência para a incidência do cancro da mama em Macau tem vindo a tornar-se cada vez mais evidente em idades mais jovens e, recentemente, houve mesmo um caso de uma doente de sete anos, o que suscitou a ampla atenção da sociedade. O cancro da mama é um dos tumores malignos mais comuns entre as mulheres e a idade das pessoas com esse cancro tem vindo a diminuir, o que não só ameaça, gravemente, a saúde da população, mas também implica um pesado encargo médico e financeiro para as famílias e a sociedade. Segundo os dados do Relatório Anual do Sistema de Registo de Cancro de Macau, entre 2017 e 2021 o cancro da mama tornou-se o primeiro tumor maligno com a maior taxa de incidência e a terceira maior taxa de mortalidade entre as mulheres em Macau, e a taxa de incidência continua a aumentar.

A causa do cancro da mama em idades cada vez mais jovens é complexa e diversificada, envolvendo vários factores, como a genética, o ambiente e o estilo de vida. Para além dos riscos congénitos, como a história familiar, as mudanças no estilo de vida moderno, como a alimentação com alto teor de açúcar e sal, a falta de exercício físico, a contaminação por plástico e a exposição à radiação dos equipamentos electrónicos, podem acelerar o processo de doenças em gente mais jovem. Mais, não se pode ignorar o impacto a longo prazo da epidemia da COVID, pois as sequelas deixadas em alguns doentes, como o enfraquecimento das funções cardiopulmonares, podem aumentar ainda mais o risco de cancro nos grupos mais jovens. No entanto, o sistema de monitoramento da saúde existente ainda está muito atrasado, os itens dos exames médicos escolares limitam-se aos indicadores básicos e faltam testes específicos, como o rastreio de marcadores tumorais.

Além disso, é preocupante que os jovens, na sua maioria, não estejam suficientemente cientes dos riscos para a sua saúde, pois acham que o cancro ainda está muito longe deles, ignoram a importância dos exames médicos regulares e até negligenciam alguns sintomas precoces. Estas percepções incorrectas fizeram com que muitos pacientes, ao serem diagnosticados, já tivessem perdido a melhor oportunidade de tratamento. Este fenómeno não se limita ao cancro da mama, mas também é comum a vários tipos de doenças e cancros. Do ponto de vista da saúde pública, isto não só constitui um alerta para a gestão individual da saúde, mas também um grande desafio para as políticas de saúde do Governo.

Assim, perante o grande desafio do aparecimento de doenças nos mais jovens, o Governo deve esforçar-se, em conjunto com as instituições médicas e os diversos sectores da sociedade, especialmente, no que diz respeito ao cancro da mama, para, com base nos actuais meios de avaliação de risco do cancro da mama, alargar ainda mais o âmbito dos programas de rastreio, ou seja, reduzir para os 12 anos de idade esses programas, com vista a ajudar os possíveis pacientes a identificarem o risco da doença precocemente. Ao mesmo tempo, para além das palestras realizadas no dia-a-dia, o Governo deve aproveitar as redes sociais para divulgar as respectivas informações, por exemplo, criar “clipes nas redes sociais”

de casos reais e comoventes, para que os residentes tenham a consciência de que as doenças também aparecem nos mais novos, e possam reconhecer os primeiros sintomas e aproveitar o tempo oportuno para tratar da doença. Mais, o Governo deve tirar maior proveito do ensino superior e do sistema de saúde de Macau, utilizando-os para estudar aprofundadamente as razões que levam a que as doenças apareçam cada vez mais nos jovens, e elaborar estratégias de prevenção e tratamento mais específicas, para enfrentar os desafios de saúde pública causados pelo aparecimento de doenças em idades mais jovens.

## IAOD do Deputado Lam U Tou em 11.06.2025

### **Exortar uma vez mais o Governo a reduzir o número de trabalhadores não residentes recrutados nas concessionárias do jogo para proteger as oportunidades de emprego dos locais.**

Em 9 de Junho, o Governo anunciou que tinha recebido a notificação oficial das três concessionárias do jogo que detêm casinos-satélite, de que tinham decidido pôr termo à exploração de todos os 11 casinos-satélite até ao final deste ano, altura em que a exploração de três salas de máquinas de jogo será também terminada.

Segundo o Governo, cerca de 5600 trabalhadores serão afectados pelo encerramento dos casinos-satélite, dos quais cerca de 4800 locais recrutados pelas concessionárias do jogo, sendo os restantes 800 recrutados pelos próprios proprietários dos casinos-satélite. Cerca de 300 trabalhadores locais vão ser afectados pelo encerramento das salas de máquinas de jogo. O Governo exigiu já às três concessionárias do jogo que tratassem adequadamente da situação e absorvessem todos esses trabalhadores para garantir o seu emprego, tendo exigido também aos proprietários dos casinos-satélite que tomassem medidas adequadas em prol dos trabalhadores locais recrutados.

As três concessionárias do jogo manifestaram já publicamente que os trabalhadores afectados iam continuar a trabalhar noutras empresas detidas, e algumas concessionárias do jogo afirmaram que iam convidar os trabalhadores locais das empresas que não são concessionárias do jogo para candidatura a lugares adequados. Mas não referiram se serão afectados os trabalhadores dos hotéis que não pertencem aos casinos. Em caso afirmativo, que medidas vão ser tomadas pelo Governo e pelas concessionárias do jogo? Face à actual situação insatisfatória de emprego em Macau, duvida-se muito que as concessionárias do jogo tenham capacidade para absorver mais de 5000 trabalhadores. Como as lojas nas imediações dos casinos-satélite serão também afectadas, os residentes receiam que surja uma vaga de desemprego, o que agravará ainda mais a situação económica de Macau.

Afirmei várias vezes publicamente que recebi pedidos de apoio de vários trabalhadores locais das concessionárias do jogo, devido a despedimento sem justa causa, envolvendo a empresa concessionária que, neste caso, cessou a actividade dos casinos-satélite. Já pedi ao Governo que acompanhasse o caso e dialogasse para encontrar uma solução para resolver o problema do emprego em Macau, mas este nunca cumpriu a promessa de responder às minhas exigências, limitando-se a pedir às concessionárias do jogo que explicassem as razões do despedimento. As mesmas limitam-se a repetir que “durante o período experimental não é preciso haver justa causa para despedimento”, sem assumir as devidas responsabilidades sociais. Tenho de salientar que este caso apenas aponta para a necessidade urgente de resolver a questão da política geral de emprego de Macau! Mais, apresentei, em 6 de Março, uma interpelação escrita sobre a “Definição do objectivo de reduzir o número de trabalhadores não residentes das concessionárias do jogo para garantir o emprego dos trabalhadores locais”, mas até ao momento (antes da apresentação desta intervenção, no dia 10 de Junho), o Governo ainda não respondeu à minha interpelação, o que viola o artigo 15.º

da Resolução n.º 2/2004 da Assembleia Legislativa (Processo de interpelação sobre a acção governativa): “O Governo deve responder, por escrito, no prazo de 30 dias a contar da data da recepção do requerimento pelo Chefe do Executivo”.

Até finais de Março deste ano, as seis concessionárias do jogo empregavam cerca de 33 mil TNR, número que continua a aumentar, mas continuam a registar-se casos de despedimento sem justa causa de trabalhadores locais. Aliás, nos últimos anos, o Governo realizou várias feiras de emprego, mas, comparando os finais de 2024 com os finais de 2022, registou-se um aumento de 73% de TNR nas seis concessionárias do jogo e de 3% de trabalhadores locais. Os números mostram que, por mais feiras de emprego que o Governo organize, também não ajuda os locais a encontrar emprego. Na realidade, muitos candidatos que se encontram à procura de emprego há já muito tempo afirmaram que a maioria dos empregadores das feiras não tinha a intenção de os entrevistar, nem de os contratar, e até estavam propositadamente a dificultar a sua vida. Frequentemente, na sua “Conta Única”, apareciam mensagens de que havia empregadores que pretendiam entrevistá-los, mas recebiam chamadas telefónicas dos empregadores, alegando que “as condições não eram adequadas para a realização da entrevista”, entre outras razões, e, posteriormente, aparecia a mensagem “falha na entrevista” na Conta Única. Isto leva as pessoas a suspeitar de que as empresas estão a aproveitar as feiras de emprego como um “processo fixo” para a apresentação de pedidos de importação de mão-de-obra! Como as concessionárias do jogo dispõem de grande número de TNR e recorrem à adjudicação de serviços a longo prazo para a contratação de trabalhadores locais a tempo parcial, é impossível a sociedade acreditar que as concessionárias do jogo estão dispostas a proporcionar postos de trabalho adequados e estáveis aos trabalhadores afectados pelo encerramento dos casinos-satélite.

Há dias, num concerto de grande envergadura organizado por uma concessionária de jogo, descobriu-se um grande número de trabalhadores suspeitos de trabalho ilegal, a tempo parcial, a vender produtos em redor, e os meios de comunicação social também descobriram, na *internet*, mensagens relacionadas com o recrutamento de trabalhadores oferecendo “200 patacas por dia mais comissões, incluindo alojamento”. No passado, também foram descobertos, nas exposições de grande envergadura organizadas pelas concessionárias do jogo, um grande número de TNR a dedicarem-se aos trabalhos de construção e montagem.

Tanto pelo excesso de TNR como devido aos trabalhadores ilegais, como pela grande diferença salarial, pela política generosa de importação de mão-de-obra e a falta de fiscalização rigorosa, de inspecção activa e de execução da lei por parte das autoridades, o mercado de emprego de Macau está cada vez mais distorcido, afectando, gravemente, o emprego dos locais e o ambiente social. Assim, apelo mais uma vez ao Governo para reduzir, quanto antes, o número de TNR nas seis concessionárias do jogo, tomando como referência o método de não importação de mão-de-obra para as funções de *croupier* e motorista, definir normas para limitar a importação dos mesmos para os postos de trabalho com potencialidades e que os locais estão dispostos a ocupar, reforçar a fiscalização, tomar a iniciativa de investigar os pontos negros e combater rigorosamente o trabalho ilegal, para assegurar as oportunidades de emprego dos trabalhadores locais e melhorar o ambiente de emprego em Macau.

## IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 11.06.2025

### **Literatura e jovens: construir, em conjunto, uma ponte para o progresso social**

A literatura, como registadora do pulso dos tempos, congrega as forças espirituais, inspira a alma e a sabedoria, e está intimamente ligada ao crescimento dos jovens e ao progresso social. Segundo o Presidente Xi Jinping, “os jovens são a força mais activa e energética da sociedade, portanto, quer a esperança do Estado quer o futuro da nação estão nos jovens”. Trata-se de um elevado reconhecimento dos seus valores, pois clarifica-se o seu papel importante na construção do país e no rejuvenescimento nacional.

Há dias, uma associação literária organizou o “Campo literário para os jovens de Macau”, com vista a proporcionar aos jovens estudantes uma plataforma de intercâmbio que integra a literatura e a sociedade. Esta actividade faz-nos reflectir, através da literatura, sobre como servir melhor a sociedade, especialmente estimular a vitalidade da literatura, por forma a torná-la um canal importante para os jovens participarem na construção social e liderarem a tendência dos tempos. Assim, sugiro o seguinte:

#### 1. Permitir que a literatura reflecta os tempos

Os jovens literários são sensíveis e as suas criações devem reflectir o que vêem, o que pensam e o crescimento pessoal. O Governo pode definir medidas para incentivar os jovens escritores a utilizarem as obras literárias para expor as singularidades de Macau no contexto de “um país, dois sistemas” e a sua ligação com o Interior da China, e prestar atenção aos sentimentos humanísticos no processo de integração na construção da Grande Baía, para promover o intercâmbio cultural. Através da descrição das mudanças históricas de Macau, do desenvolvimento social e da integração cultural, é possível criar obras literárias susceptíveis de reflectir as características de Macau, permitindo aos leitores um conhecimento mais profundo sobre a implementação bem-sucedida do princípio de “um país, dois sistemas” e o reforço da sua identidade nacional.

#### 2. Permitir que a literatura entre na comunidade

Há que dar importância ao desenvolvimento generalizado da literatura e definir medidas de apoio para incentivar os jovens escritores a divulgarem a educação literária nas escolas e nos bairros comunitários, para atrair leitores diversificados e permitir que a literatura entre no mundo espiritual do público em geral. Através das actividades comunitárias, é possível conjugar a literatura com os serviços sociais e incentivar os jovens escritores a prestarem atenção à sociedade e aos grupos vulneráveis, reforçando-se a coesão social. Este ciclo de “prática-criação-compensação” contribui não só para alargar o pensamento dos jovens escritores e aumentar o seu valor criativo, como também para a literatura assumir uma maior responsabilidade social.

#### 3. Deixar a literatura curar a alma

A frustração, solidão, ansiedade e depressão são sentimentos e emoções tão inatos como a alegria e o entusiasmo. Escrevendo, os jovens escritores identificam problemas, transformam a literatura num instrumento de diálogo social, despertam a atenção do público para a saúde mental. Há que promover a terapia artística na comunidade e incentivar a criação de grupos de terapia literária, em prol da saúde mental, através de ler e escrever, da expressão emocional dos participantes e do reforço do autoconhecimento. Há que contar com a colaboração intersectorial, para criar sistemas de apoio e melhorar a saúde mental.

No período dos Três Reinos, o literato Cao Pi caracterizou a escrita como “relevante para a governação dum estado e a imortalização duma pessoa”, enquanto o pintor moderno Wu Guanzhong afirmou que nem cem pintores conseguem substituir um grande escritor. Estas palavras evidenciam profundamente quão incisivas são as letras para o pensamento e quão influentes são para a sociedade, pelo que devemos fazer bom uso das letras. A juventude é esperança e a literatura é tocha. Estou convicto de que, sob a liderança do Governo, e com o apoio das políticas e a aplicação de recursos, os jovens escritores de Macau vão desempenhar um papel mais activo na integração no desenvolvimento nacional e na promoção do progresso social.